

# Brasil-FMI: a política externa financeira do governo Lula

Rodrigo Oliveira de Lima\*

---

## Resumo

A legislação financeira internacional foi reorganizada, a partir dos anos 90, no processo que ampliou a participação de países em desenvolvimento no poder institucional do Fundo Monetário Internacional. O governo Lula foi categoricamente incisivo na confecção da nova legislação para financeiros, através de sua política externa que passou a priorizar os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) em compromissos, acordos e projetos de desenvolvimento internacional a médio e longo prazo. Serão apresentadas aqui, as políticas sistematizadas no FMI durante o governo Lula.

**Palavras-chave:** legislação; crises; desenvolvimento; transparência; prestação de contas; crédito; Brasil; FMI; Governo; Lula.

## Abstract

The international financial legislation was reorganized, from 90 years, in the process that increased the participation of developing countries in the institutional power of the International Monetary Fund. The Lula government has categorically incisive in making the new financial legislation through, its foreign policy that gave priority to the BRIC (Brazil, Russia, India and China) in commitments, agreements and international development projects in the medium and long term. Presented here will be systematized, in IMF policies during the Lula government.

**Keywords:** legislation; crises; development; transparency; account/ credit & profitability; Brazil; IMF; government; Lula.

---

\* Doutorando do Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.

## **Governo Fernando Henrique Cardoso e a política externa financeira (1994-2002)**

No governo Fernando Collor de Mello, Marcílio Marques Moreira (2001) ratificou a Carta de Intenções Públicas ao FMI, que selou o compromisso de empréstimo de US\$ 49 bilhões de dólares, liberado para pagamento, em médio e longo prazo, da dívida brasileira, com quitação de saldo total pelo país em 2032. Desde a transição do Ministro Moreira até o processo de implementação do plano real de estabilização da moeda, com Fernando Henrique Cardoso (FHC): o Fundo Monetário Internacional (FMI) desenvolveu uma agenda econômica multilateral, reorganizando paulatinamente a legislação da instituição, com o objetivo de formar maior decisão e poder de voto aos países em desenvolvimento, dando maior *status* econômico e político nas suas relações internacionais.

Como apontou o economista Antonio Kandir (1994), ainda às vésperas da execução definitiva do plano real, foi substancialmente determinante, para a construção do valor moeda naquele instante: “os limites impostos ao controle da quantidade de moeda pela internacionalização financeira”. E, que, por sua vez, corrobora as políticas de internacionalização financeira do Brasil, asseguradas em espaço institucional na Constituição de 1988,<sup>1</sup> (sistema financeiro) no artigo 192, no cumprimento e promoção da participação dos investimentos estrangeiros, na formação do capital do país. Dando destaque na política econômica: para o encontro de objetivos nas perspectivas internacionais, inclusive, na formação, acompanhamento e planejamento de câmbio e assim no valor da moeda, como plataforma de uma agenda de médio e longo prazo.

O governo coordenou as etapas econômicas desse acordo, conduzindo-as até o ano de 1997: ano que ficou marcadamente registrado com a crise mexicana; a crise dos tigres asiáticos e posteriormente a moratória russa.

Tais crises passaram a evidenciar distúrbios financeiros, na estrutura econômica dos países em desenvolvimento, demonstrando a

---

1 A partir da alteração legislativa do Decreto Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que aboliu definitivamente a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e fundou o Sistema Financeiro Nacional (SFN), dando à vida o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o redesenho institucional do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), que se tornaria uma empresa mista, de caráter público-privado destinada a captar recursos para o desenvolvimento e fomento das atividades empresariais do Brasil durante o regime militar: as funções internacionais das instituições financeiras nacionais ou estrangeiras passaram a constar definitivamente da formação do capital brasileiro e de seus investimentos.

possibilidade de reformas mais profundas na área fiscal, administrativa, orçamentária e tributária.

Nesse período, o Brasil passou a registrar altos índices de déficits fiscais e em conta corrente; concomitantemente, houve o progressivo estabelecimento de desconfiança internacional sobre o acúmulo crescente de tais contas externas, que precipitaram um aumento expressivo do índice de Risco Soberano do país. As contas brasileiras passaram a gerar déficits cumulativos e, em 1998, o FMI foi novamente acionado para a reestruturação direta da economia do Brasil e para a organização de um novo acordo de empréstimo.

Segundo o Banco Central brasileiro, constituía-se necessário “acelerar o equacionamento das pendências relativas aos bancos sob intervenção e/ou liquidação e aumento de taxas de recuperação de ativos”.<sup>2</sup>

Para tanto, foi desenvolvido junto ao governo brasileiro um plano de estabilização da economia, que precisou ser avalizado em um novo empréstimo de 41 bilhões de dólares e que foi liberado em blocos de 10 bilhões de dólares, por vez, como tentativa de cobrir não apenas a zona de déficit das contas externas do país mas também como mecanismo e instrumento de promoção de confiabilidade de câmbio, e do próprio restabelecimento de confiança internacional na economia do Brasil.

O FMI passou a liberar os créditos *stand-by* ao longo da transição do governo FHC e início do governo Lula. Nesse período, violentas inversões de capitais, inclusive de Investimento Estrangeiro Direto, tornaram-se realidade, mas a contenção de maiores saídas de capital do Brasil deu-se a partir da garantia do então candidato a Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, em cumprir a agenda de pagamentos ao FMI e manter a permanente troca de informações, relatórios técnicos-econômicos e intenções de compromisso com demais países em âmbito cooperado e multilateral.

A progressão das relações do Brasil com o FMI e com demais países em desenvolvimento, bem como a formação dos BRICs demonstraria que a marcha de um crescimento econômico calcado em uma, “terceira via”, se constituiria realidade e caracteristicamente configuraria a nova Política Internacional.

---

2 <http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/fmimpe01.asp>

Em balanço geral, o Brasil passou também, a partir desse novo empréstimo do FMI, a contabilizar altos índices de crescimento da economia, acumulando reservas internacionais ativas e também passivas, após evidenciar o cooperativismo e a intenção de multiplicar políticas de transparência, que selariam um encontro entre o governo FHC, o governo Lula e o FMI.

## **A política externa financeira do governo Lula**

O início do governo Lula, em 2002, marcou categoricamente o padrão das novas relações exteriores financeiras do Brasil, expressivamente, pelos avanços, já obtidos, com a disciplina fiscal, o significativo controle da inflação no compromisso selado, de sólida estruturação dos compromissos macroeconômicos, que passaram a desempenhar com êxito o combate aos choques financeiros externos. Durante os primeiros anos, o compromisso político internacional assumido e os altos índices de crescimento econômico, juntos fortaleceram progressivamente o método utilizado para o desenvolvimento do país, garantidos pela política econômica e conduzidos pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Precisamente, entre os anos de 2002 a 2006, o Brasil passou a contabilizar uma expansão vigorosa da economia real na casa percentual de 4,9% dentre indicadores, tais como: demanda doméstica, consumo interno/privado, fixação de limites nas despesas públicas, investimento no produto interno bruto, solidez na formação e expansão do Índice de Preços ao Consumidor e nos registros dos instrumentos das atividades de balanço de investimento estrangeiro direto, Conta Corrente e demais demonstrativos externos.<sup>3</sup>

O relacionamento do Brasil com o FMI foi fortalecido nesse período, sobretudo na superação das históricas divergências entre ambos, demonstrando, inclusive, a fortificação dos laços do Presidente Lula ao Diretor-Gerente do FMI, o socialista e ex-Ministro da Economia e Finanças

---

3 Neste período o Brasil também registrou crescimento de 4,9% nas seguintes estimativas do FMI. Brazil: Basic Data, 2004-2010. IMF. Merchandise trade balance; Services, income, and transfers (net); Capital and financial account; Foreign direct investment; Portfolio investment; Other capital (net); Errors and omissions; Change in net international reserves; Current account (in percent of GDP); Outstanding external debt (in percent of GDP); Total debt service ratio (in percent of exports of goods & services); Gross reserves/short-term external debt (residual maturity, in percent). <http://www.imf.org/external/np/sec/pn/2010/pn10111.htm>

da França, Dominique Strauss-Khan, pela confiança depositada no Brasil durante a eleição presidencial. Em nota, o Presidente anunciou no ano de 2006, o pagamento antecipado do financiamento realizado no pleito de sua campanha, que foi utilizado para acalmar o mercado financeiro internacional, no valor aproximado e em única parcela de US\$15,5 bilhões ao FMI. Segundo o presidente:

Escrevo a Vossa Excelência, não apenas para dar-lhe notícia desses progressos, mas principalmente para, uma vez mais, expressar o meu reconhecimento por seu papel decisivo, na qualidade de Diretor-Gerente do FMI, em favor do bom relacionamento do Brasil com o Fundo. Agradeço, sobretudo, sua atuação corajosa no momento crítico da aprovação do programa acordado com o Brasil em setembro de 2002. Em agosto daquele ano, juntamente com outros candidatos presidenciais, mas já na condição de favorito segundo as pesquisas de opinião, tornei público o compromisso de cumprir o acordo que o Governo Brasileiro viesse a firmar com o FMI, afastando qualquer temor de descontinuidade institucional ou de risco de que o País deixasse de honrar seus compromissos externos. Palavra dada, palavra cumprida.<sup>4</sup>

O pagamento dessa parcela única do Brasil ao FMI possibilitou a renovação de expectativa e confiança sobre o país, que aproveitou o momento para resgatar rendimentos políticos positivos, da opinião pública brasileira e também internacional, sobre a relação Brasil-FMI que durante muitos anos, foi marcada por muitas polêmicas e conturbadas crises.

Diante do salto qualitativo e quantitativo sobre a política externa financeira, o Brasil rumou com os demais países do mundo, em uma projeção e cenário de crescimento econômico favorável até a constatação,

---

4 Luis Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil: A Sua Excelência Horst Köhler, Presidente da República Federal da Alemanha. Brasília, 10 de Janeiro de 2006. Arquivo Itamaraty, Ministério Das Relações Exteriores, MRE, BRASIL. N°: MG01262. Em nota oficial o Presidente Lula continua apresentando a evolução da economia brasileira e apontando as perspectivas de desenvolvimento do Brasil. Segue em nota: “Essa decisão resultou do fortalecimento das contas externas e dos outros fundamentos macroeconômicos do Brasil. a inflação vem declinando consistentemente e deveremos fechar este ano com 5,6% comparados com os 12,5% de 2002. A economia cresceu 4,9% em 2004. Neste ano de 2005, alcançaremos um superávit comercial da ordem de US\$ 44 bilhões de dólares e, pelo segundo ano consecutivo, um superávit na conta corrente do balanço de pagamentos próximo a 2% do Produto Interno Bruto. O Banco Central do Brasil acumulou reservas internacionais que já alcançavam US\$ 54,8 bilhões, já deduzidos os recursos devidos, no acumulado nos doze meses até novembro de 2005 alcançavam 4,9 do PIB. Esses são alguns dados que ilustram o quanto a economia brasileira se consolidou e se robusteceu, em termos absolutos e relativos, ao longo dos últimos anos”.

em 2008, do início da crise financeira internacional, que comprometeria todos os países e seus respectivos planejamentos centrais.

### **O segundo governo Lula: os passos em direção à crise**

Em 2007 e 2008, o Brasil, junto aos demais países do mundo, passou a enfrentar sérios distúrbios financeiros, que se avolumaram, rapidamente, até meados de 2009. As operações econômicas do Brasil, nesse período, registraram uma estagnação do ritmo, com retardo na evolução progressiva, obtida nos anos anteriores, sobretudo por conta da paulatina inversão de capitais de investimentos financeiros, ocorridos com o início da crise de créditos, de hipotecas e de suas execuções, nascidas da crise dos *subprimes* e na falência do banco de investimentos Lehman Brothers nos Estados Unidos.

Em 2009, durante o período de crise das instituições financeiras, bem como os bancos privados e também os bancos de investimentos, e na problemática recuperação das grandes montadoras de automóveis como a General Motors nos Estados Unidos, o Brasil demonstrou sinais e perspectivas positivas de seus índices de crescimento econômico, mesmo durante a crise. O planejamento interno da equipe econômica mostrou que a opção do governo, em resposta à crise internacional, seria de expandir o consumo interno com diversos programas de incentivos creditícios que seriam oferecidos a população.

O custo de tal opção foi imediatamente a alta exposição e vulnerabilidade externa que o país passou a sofrer diante da contínua reversão de investimentos estrangeiros e, principalmente, no declínio dos preços de suas *commodities*, base fundamental da sua economia de exportação.

A crise dos mercados financeiros no mundo conduziu igualmente a um aperto de liquidez para as companhias brasileiras e empresas financeiras nacionais. O acesso ao investimento para as empresas nacionais tornou-se limitado por conta da valorização cambial, especialmente para as pequenas e médias empresas nacionais, que passaram a sofrer maiores pressões externas, principalmente no setor têxtil, com a propagação de produtos importados que se beneficiaram com a valorização do real em aproximadamente 23% em relação ao dólar, entre meados de setembro e o fim de dezembro 2008.

O declínio de preço dos produtos, a depreciação da moeda estrangeira e o alijamento do mercado externo de investimentos na participação da formação da taxa de câmbio propiciaram, nas contas externas, uma grande saída de reservas, ainda que houvesse um estoque confortável. Pois, as receitas do governo federal declinaram perto de 7% em termos reais de janeiro a maio de 2009, comparado com o mesmo período em 2008.<sup>5</sup>

O governo Lula passou também a registrar gastos expressivos e acúmulo de despesas fiscais e reorganizações de investimentos do Tesouro Nacional redirecionados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para a formação de recursos – subsídios – para o financiamento do setor industrial e para manutenção de concorrência aos produtos importados.

Segundo Nelson Barbosa, Ministro Interino da Fazenda, no cômputo de tais operações há um aumento visível da taxa de inflação decorrente do acumulado entre 2008 e 2010: “No primeiro quadrimestre de 2009, a inflação foi de 1,72%, pelo IPCA, e em 2010 ela chegou a 2,65%, um aumento de 0,93 ponto percentual”.<sup>6</sup>

Dados conflitantes sobre a inflação, crescimento econômico e a real situação da conta corrente do país, combinados aos superinvestimentos em estatais como a Petrobras, evidenciam a preferência do governo brasileiro por uma agenda nacional-desenvolvimentista e seus compromissos com os países em desenvolvimento, como o bloco BRIC; mesmo diante de uma problemática situação financeira internacional, que registra os Estados Unidos com a taxa de desemprego de 9,7% e um ritmo de estagflação, os países da Europa Ocidental no endurecimento fiscal e cortes de suas despesas governamentais, a Ásia assim como a África dependente do crescimento da China que, por sua vez, começa a caracterizar-se pela conjuntura econômica altamente alavancada e, finalmente, o Japão, em estado permanente de deflação, após a crise 2008, é alijado dos principais noticiários e periódicos internacionais como importante Player.

---

5 <http://www.imf.org/external/np/sec/pn/2010/pn10111.htm>

6 <http://www.fazenda.gov.br/audio/2010/junho/a020610.asp>

## **A política econômica brasileira rumo à política externa financeira: as confluências dos pós-crise**

O Brasil e a China tomaram posição de destaque na última reunião do G20, grupo das 20 maiores economias do mundo, assegurando maior poder de participação no Fundo Monetário Internacional. O Brasil passou a ocupar a décima posição; a China a terceira posição e maior peso entre os emergentes, à frente da Alemanha, França e Inglaterra; a Índia ocupará a oitava posição e a Rússia a nona posição.

Inserida na economia e no ritmo de crescimento dos demais dos países dos BRICs, a política econômica do Brasil passou a tomar como recurso de crescimento econômico a parceria comercial entre tais países, expandindo o crédito para consumo interno, como principal instrumento de combate aos choques externos de uma possível crise financeira global.

O desafio de colocar a economia do Brasil para desenvolver-se internamente e voltar-se para o crescimento da demanda nacional, elevando o consumo através de isenção fiscal, bem como a redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em produtos da chamada “linha branca”, para a compra de automóveis, em subsídios do governo na facilitação e expansão de crédito para a compra de imóveis, incluindo diversas promoções e adiantamentos de créditos como a utilização de FGTS, liberalização de saque dos abonos de PIS/Pasep, demonstram e dão evidência ao seu engajamento em desenvolver socialmente a estruturação permanente de um “crédito social” para a manutenção do crescimento econômico; ainda que tal opção apresente uma conta alta aos próximos governos com dívidas cada vez maiores, como já se observa em cenários avaliados, que dão a importância de 90 bilhões de dólares em déficit de conta corrente ainda para o final de 2010 (OESP, 8/8/2010).

## **Transparência, *account/credit* e a *profitability*: as políticas institucionais sistematizadas na legislação financeira do FMI durante os governos FHC e Lula**

As reorganizações operadas na legislação para financeiros nos últimos 16 anos dão forma à arquitetura internacional, que passará a valer nas próximas décadas. Intervenções permanentes em suas leis, instrumentos e mecanismos, multiplicaram os métodos de *Clearing*

*House*, para o comprometimento dos próximos governos na inter-aliança governamental.

Progressivamente, as relações intergovernamentais, entre os países membros do FMI, formaram na atividade financeira internacional o ambiente multilateral caracterizado pela intervenção do social. E os países do bloco BRICs iniciam os trabalhos da próxima década, apontando um aperfeiçoamento de políticas para a transparência de um desenvolvimento capitalista de Estado.

O Brasil sempre contribuiu em muito para o aprimoramento das relações macroeconômicas e também de sua política externa financeira por meio das representações diplomáticas do Ministério das Relações Exteriores que, desde 1945, desenvolve linhas de pesquisas de atuação do Estado brasileiro com os demais países nas relações internacionais financeiras, corroborando aos instrumentos de “economia da paz”, que desempenham o papel de evidenciar nichos ou contendas financeiras, que acabem por acirrar embates e conflitos nas áreas de balanço de pagamento nas relações internacionais e de desenvolvimento de finanças.

As operações de *Good Balance* visam, justamente, manter atreladas às economias dos países, uma plataforma de *expertise* para a eficiência, que dê ao desenvolvimento internacional um concerto institucional que visa combinar/operar sempre o combate ao autoritarismo, despotismo e formação de qualquer tipo de controle e poder, afirmando a via “genuinamente democrática” como primordial, ainda que haja entre os blocos países sem envolvimento com a democracia.

O Brasil, em negociações internacionais de cooperação ao desenvolvimento, produziu junto aos demais países membros do FMI, uma série de determinações regulatórias, durante o trânsito das relações internacionais financeiras, no período que interligou o Governo FHC e Lula, nas principais instituições e organizações internacionais financeiras, como o Banco Mundial e o FMI. Tais práticas do multilateralismo, como importante fonte de refinanciamento para o desenvolvimento, e também para o fortalecimento das intenções políticas dos países, nas suas relações de investimentos financeiros pelo mundo, ampliaram o potencial intergovernamental no próprio mercado de financeiros por conseguir manter permanentemente uma agenda fixa entre os governos de matiz partidária convergente, possibilitando ao Brasil a condição de *International Financial Player*.

Esquemáticamente, os principais instrumentos políticos que reestruturaram o FMI nas últimas duas décadas foram:

1) Padrões regulatórios para as operações financeiras internacionais na supervisão e regulação bancária. Contabilidade; auditoria; divulgação de balanços; avaliação de patrimônio e administração corporativa.

2) Intensificação da *Surveillance* do FMI, como meio de conter as repentinas inversões de investimentos capitais nas economias dos países membros em curto prazo.

3) Intensificação da *Special And General Data Dissemination Initiatives*, como forma de maior transparência das políticas financeiras adotadas pelos países membros no FMI, na divulgação de dados oficiais de balanços, projeções e cenários de desenvolvimento macroeconômico.

4) Desenvolvimento de maior acesso e trânsito suplementar em relação ao *New Arrangements To Borrow* (NAB), como instrumento de redefinição de bônus, títulos e empréstimos para os países subdesenvolvidos.

5) Aprimoramento e efetivação no controle do setor privado de mercado de capitais, como prevenção e tentativa de solução de crises financeiras internacionais.

6) *Moral Hazard*: o perigo/risco de crises financeiras. Segundo este princípio, os países devem estar cientes de seu comprometimento e comportamento com as relações internacionais financeiras e, assim, não serem responsáveis por desestabilizações e/ou alterações do desenvolvimento em curso. Dessa forma, não haveria maiores “surpresas” em macroeconomia.

7) *Lender Of Last Resort* (emprestador de última hora). Para limitar as crises, adotou-se como meio de limitá-las em ambiente microeconômico, sufocando prováveis prolongações e conseqüentemente a não proliferação no sistema internacional de financeiros.

8) *Burden Sharing* (Partilha de Carga). Expressão utilizada para instrumentalizar a proteção da política internacional financeira de possíveis desvios e fortes crises de confiança em seu interior.

9) *Accountability & Credibility & Surveillance*. Repaginação ou reconfiguração dos papéis desses mecanismos, respectivamente de transparência/prestação de contas e crédito para o desenvolvimento de parcerias de investimento. Monitoramento, controle e fiscalização da saúde financeira dos países no FMI. Segundo o próprio órgão, deveria ser aprimorado os mecanismos de *surveillance*, constantemente, como meio

de combate, as variações ou inversões repentinas de fluxo de capitais, realizadas pelos países em seus novos governos e políticas econômicas.

10) O giro de financiamento para países em desenvolvimento, com vistas também ao aprimoramento do sistema econômico internacional, mantém avanços técnicos que produzem permanentemente um ciclo de novos investimentos com os países credores. Geralmente, os países credores que possuem reservas de liquidez internacional repassam tais reservas aos países em desenvolvimento, para a produção de uma nova rodada de investimentos.

11) A negociação de títulos entre os países membros do FMI aprimora investimentos em áreas deficitárias, geralmente de países em desenvolvimento, que vão sendo mobilizados, para abertura de seus mercados, para um crescimento “liquefeito”, de ativos internacionais, que se reproduzem de maneira contínua.

12) Já para o Brasil, tal atividade, livre e multiplicadora de investimentos, é um importante instrumento, desenvolvido em parceria com o Tesouro Nacional e nos investimentos de Títulos Públicos, garantidos e assegurados aos investidores de todo mundo, num ciclo ininterrupto de ações de investimentos, garantindo também vantajosos retornos financeiros.

13) A rentabilidade que o Banco Central do Brasil garante aos investimentos a médio e longo prazo; a garantia de liquidez em mercado de ações brasileiras pelo BC; alta rentabilidade, com segurança, inclusive na contenção de grandes investimentos especulativos – fora de acordo – por conta de sua regulação em relação à política econômica e assim do crivo governamental. Tal sistema é controlado e austero em relação aos seus investimentos. Assim, sua captação acompanha internacionalmente a conjuntura do crescimento internacional, e a sua receita mantém-se pareada, tanto com o mercado de investimento, quanto à disciplina de reinvestimentos nos órgãos multilaterais.

14) As políticas comerciais adotadas pelos governos brasileiros, geralmente, mantêm poucas contenções aos produtos importados, exceto em alguns casos, como têxteis e calçados, que sofrem com o monopólio do governo, que cria como mecanismo de salvaguarda de suas exportações de matérias-primas, concessões comerciais.

15) O financiamento de produtos destinados às exportações recebem grande apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES),

que concentra grande parte dos investimentos empresariais do país, aumentando a concorrência aos produtos internacionais. O BNDES, sempre alvo de críticas pelos países credores, por manter-se como fonte de benefícios aos empresários nacionais, e por desenvolver barreiras na fluidez da livre concorrência e do livre comércio, desenvolve aportes financeiros do governo na produção industrial nacional, ferindo as leis de antidumping internacional.

16) O sistema tributário brasileiro, verdadeira barreira para os empresários com interesse de produção no mercado nacional. Limitador de acessos aos investimentos no mercado internacional, por conta da alta tributação às empresas. E, que expõe o país permanentemente, como produtor de protecionismos e contendas comerciais.

## **Referências bibliográficas**

KANDIR, A. (1994). *A construção da cidadania, da moeda e do desenvolvimento*. São Paulo, Klick.

MOREIRA, M M. (2001). *Diplomacia, política e finanças de JK a Collor: 40 anos de história por um de seus protagonistas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Objetiva, p.312.